

POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMAS NO ATLÂNTICO SUL: REVISITANDO CONCEITOS

Etiene Villela Marroni¹

Alexandre Rocha Violante²

Ricardo Pereira Cabral³

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar uma abordagem teórica que possibilite, com enfoque nos conceitos de segurança das relações internacionais e da geopolítica, o entendimento da importância estratégica, da defesa e da segurança, e da economia no espaço Sul Atlântico, a partir dos anos de 1990. Como metodologia de pesquisa, procedeu-se uma revisão de literatura de autores geopolíticos clássicos nacionais e contemporâneos, bem como de conceitos de Complexos Regionais de Segurança e Comunidades de Segurança de Buzan e Waeber, bem como de Karl Deustch, respectivamente. Por fim, concluiu-se que tanto a Geopolítica quanto as Relações Internacionais possuem seus pontos de contato e são relevantes para estabelecer um pensamento estratégico nacional ante as atuais ameaças às áreas estratégicas para o planejamento integrado e o Poder Marítimo no Brasil.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Geopolítica; Relações Internacionais.

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol), Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Doutorando em Estudos Estratégicos pelo INEST-UFF, Mestre em Estudos Estratégicos pelo INEST-UFF, Mestre em Ciências Navais pela EGN. Professor Associado da Escola de Guerra Naval (EGN) e Professor Colaborador do INEST-UFF.

³ Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Colaborador da Escola de Guerra Naval (EGN).

Abstract: *The objective of this article is to present a theoretical approach that, with focus on the concepts of international relations security and geopolitics, allows the understanding of strategic importance, defense and security, and economy in the South Atlantic space, from the 1990. As a research methodology, a literature review of classic national and contemporary geopolitical authors, as well as concepts of regional security complexes and security communities of Buzan and Waever, as well as of Karl Deustch, respectively, was carried out. Finally, it was concluded that both geopolitics and international relations have their points of contact and are relevant to establishing a national strategic thinking in the face of the current threats to the maritime strategic areas for maritime integrated planning and Maritime Power in Brazil.*

Keywords: *South Atlantic; Geopolitics; International Relations.*

Introdução

A região do Atlântico Sul, quando comparada ao oceano Atlântico Norte ou ao Pacífico, é considerada, pela maioria dos estudiosos, uma região secundária quanto ao fluxo do comércio marítimo e aos assuntos de segurança e defesa. Todavia, tal fato tem mudado pela necessidade, cada vez mais premente, das grandes potências mundiais, que buscam por novos espaços e poder no que tange a recursos naturais renováveis ou não. Mesmo com esta “nova procura”, de maneira geral, os países lindeiros dessas massas continentais têm, ainda, pouca influência nos assuntos estratégicos do Mundo.

No passado, a importância foi ainda maior, devido à falta de estradas e outros meios de transporte, quando, então, se dependia da navegação de cabotagem para ligar as várias partes do país. Do século XVI ao XIX, o Atlântico Sul, como um todo, manteve um intenso ritmo de comércio, sendo importante rota de acesso à Ásia. A partir da abertura do Canal de Suez (1869) e do Canal do Panamá (1914), a região teve o trânsito de navios reduzido (mais ainda com o fim do tráfico de escravos), limitando o comércio local e em direção ao norte, para onde eram escoadas as matérias-primas e recebidos os produtos industrializados.

Embora a geopolítica ainda seja importante nos discursos políticos e na política externa da América Latina (e também na África), existem poucas análises do pensamento geopolítico atual. Há uma ênfase exagerada nas delimitações de fronteira na análise de antigas pesquisas geopolíticas, que pode ter influenciado a falta de interesse em questões geoeconômicas. Embora as questões econômicas estivessem presentes nos estudos existentes sobre a velha geopolítica, elas estavam alinhadas em estudos de disputas sobre fronteiras territoriais e marítimas, sem se distinguirem do estudo de questões de soberania (NOLTE e WEHNER, 2015).

Gray e Sloan (2005, p.3), em *Geopolitics, Geography and Strategy*, afirmam que os objetivos políticos resultam das escolhas dos decisores governamentais que, entre outros aspectos, apresentam condicionantes geográficas. Estas, por sua vez, sofrem interferência das possibilidades oferecidas pela tecnologia, economia e outros campos da segurança e defesa, em uma relação profundamente dinâmica. Neste contexto, teorias internacionalistas conectam-se à geopolítica nas análises da defesa e segurança, dentro da estratégia dos Estados, na manutenção de suas soberanias e uso dos recursos vivos e não vivos, no âmbito de suas jurisdições.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo apresentar uma abordagem teórica mais ampla, com enfoque nos conceitos de segurança das relações internacionais e da geopolítica, para o entendimento da importância estratégica, da defesa e da segurança, e da economia no espaço Sul Atlântico, a partir dos anos de 1990.

Em uma visão panorâmica, pode-se apresentar, inicialmente o objeto como sendo decorrente do aumento do fluxo comercial, em direção à Europa, América do Norte, Índia e China, seja pela descoberta de grandes reservas de petróleo nas plataformas continentais da África e da América do Sul ou das possibilidades de crescimento dos mercados internos e de investimentos devido à limitada infraestrutura regional.

As maiores ameaças ao tráfego marítimo em tempos de paz na perspectiva dos conceitos de segurança, relacionam-se ao contrabando, narcotráfico, imigração e tráfico ilegal de pessoas, crimes ambientais, pesca ilegal, terrorismo, pirataria entre outras,⁴ ou seja,

⁴ Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo recebe a Visita Operativa do Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul. Disponível em: <<https://www1.mar.mil.br/comcontram/?q=content/21-e-23032017-comando-do-controle-naval-do-tr%C3%A1fego-mar%C3%ADtimo-recebe-visita-operativa-do>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

o retorno das chamadas “novas ameaças”, que poderiam ser denominadas, de melhor forma, como “ameaças neo-tradicionais”, de vez que, um tanto quanto esquecidas nos séculos passados, vêm se solidificando na região.

Assim, verifica-se a importância das Linhas de Comunicação Marítimas que passam pelo Atlântico Sul (Quadro 1), pois elas possibilitam a ligação do Brasil com o Atlântico Norte, costa leste dos Estados Unidos da América (EUA), Europa Ocidental, costa Africana e com os oceanos Índico e Pacífico. Tais linhas são compartilhadas por Estados sul-americanos e africanos.

Quadro 1: Principais Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) brasileiras que cortam o Atlântico Sul

Região	Navios-média por dia (NM/d)
Europa e o Norte da África	215 NM/d
América do Norte, Caribe e América do Sul setentrional	68 NM/d
Costa do Brasil	359 NM/d
Golfo da Guiné (Centro da África)	40 NM/d
Cone Sul e o Oceano Pacífico	77 NM/d
Sul da África, Oriente Médio e Ásia, por intermédio do Cabo da Boa Esperança (Rota do Cabo)	65 NM/d

Fonte: Adaptado de Guerra, 2016

A região do Golfo da Guiné é onde se exige maiores cuidados, pois foram registrados ataques terroristas e ação de piratas em uma área rica em petróleo e gás, que possui grandes reservas e imensas potencialidades na exploração dos seus recursos naturais⁵. Como, de modo geral, a maioria dos Estados africanos não possuem os recursos militares necessários para manter a segurança e a boa ordem no mar, e os sul-americanos têm meios navais limitados, ocorre uma presença marcante de Forças Navais de potências extra-regionais.

⁵ BP *Statistical Review of World Energy*, June 2016. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

No que tange às potências centrais, ressalta-se a presença do Reino Unido no arquipélago das Malvinas, nas ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha. Os EUA, mais presentes na cooperação internacional em assuntos de Defesa nos Açores, em Cabo Verde e nas Canárias, no limite da confluência de Linhas de Comunicações Marítimas do Atlântico Norte com o Atlântico Sul, além de possuírem bases em El Salvador e em Cuba (Guantánamo) no Caribe.

Em 2008, os estadunidenses instalaram radares em São Tomé e Príncipe, na entrada do Golfo da Guiné, em um projeto denominado *Marine Domain Awareness*, a fim de prover vigilância às águas de soberania desse Estado, mas que também possibilitou controlar todo tráfego marítimo no Golfo da Guiné. Em 2016, os EUA conseguiram acesso a uma base naval argentina, em Ushuaia, próxima à Antártica, bem como a permissão para instalar uma nova central de comunicações em São Tomé e Príncipe. Voltados para o Atlântico Sul, os estadunidenses possuem o *US Southern Command* (SOUTHCOM, em Miami) e o Comando da 4ª Esquadra (Mayport), ambos na Flórida. O USAFRICOM, com sede em Stuttgart (Alemanha), dispõe de tropas ("estacionadas" e/ou atuando) com acesso a bases em diversos Estados africanos (VIOLANTE, 2017).

Já a China, que caminha a passos largos para ser uma potência global, não apenas pelo viés econômico, mas também militarmente, está presente em Walvis Bay (Namíbia), em Lagos (Nigéria) e em Luanda (Angola), como alguns exemplos de franqueamento de instalações portuárias para seus navios,⁶ cujo objetivo maior tem sido expandir a estratégia do incremento da cooperação em Defesa para Estados da costa ocidental africana, seja por meio de doações ou financiamento de vendas de embarcações, seja por investimentos em infraestrutura portuária, como futuras bases logísticas revestidas como entrepostos comerciais a seus navios mercantes e/ou de guerra. Nesta região, o aumento da cooperação na área de defesa tem sido exponencial na última década, chegando até o extremo norte do Atlântico Sul, que é Cabo Verde.

⁶ GALANTE, Alexandre. A China planeja construir 18 bases navais no exterior, inclusive na Namíbia. Poder naval. 23/11/2014. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2014/11/23/china-planeja-construir-18-bases-navais-no-exterior-inclusive-na-namibia/GALANTE>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

A França possui bases em Caiena (Guiana Francesa), em Dakar (Senegal) e Port Bouët (Costa do Marfim); a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Estados da União Europeia (UE) têm grande presença militar no continente africano em missões da ONU e no combate a grupos terroristas em Estados como a Líbia, Sudão, Mali, Chade e Congo; a Rússia utiliza bases de Augustin Armário e Puerto Cabello (Venezuela), em Cuba e em Angola.

Penha (2011) sustenta que tamanha presença externa é decorrente de um relativo "vazio estratégico, decorrente da dispersão de interesses" e da baixa capacidade de projeção de poder dos principais atores regionais, o que abre espaço de atuação, influência e interferência de potências extrarregionais. Os Estados supracitados buscam instalar suas empresas e programas de cooperação econômica na região, a fim de disputar mercados e recursos. Este ambiente de acirrada competição estratégica pode levar a uma questão de defesa como veremos mais a frente. Neste contexto, o Brasil seria uma potência regional com influência limitada, mesmo no seu entorno, devido, em parte, a insuficiência de meios navais.

Um ponto importante a se ressaltar é que países da bacia do Atlântico Sul abriram mão da possibilidade de desenvolverem armas nucleares a partir de uma série de acordos internacionais, como o Tratado do Tlatelolco (1967), Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (1968), Tratado de Pelindaba (1996) e a criação da Zona Livre de Armas Nucleares da África, ratificada por todos os Estados da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Além disso, tem-se o Tratado Antártico (1959), que declarou o Continente livre de armas nucleares. Com relação a este aspecto, pode-se afirmar que o Atlântico Sul é a maior área do planeta a ostentar o *status* de uma região livre de armas nucleares, e tal fato reduziu suas possibilidades de dissuasão de possíveis agressores.

O Brasil também aderiu a tratados, que limitaram sua soberania em decisões polêmicas da política externa, afetando, também, sua política de defesa, a partir do governo Cardoso (1995-2002), sendo que em 1995, o Brasil assinou o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis⁷ (MCTR) e, em março de 1996, o Brasil aderiu aos pactos de

⁷ O MCTR é um tratado, liderado pelos EUA, entre países que se comprometem a não produzir nem exportar mísseis capazes de portar armas de distribuição em massa (VIOLANTE, 2017).

erradicação de armas químicas e biológicas de destruição massiva. Já em julho de 1998, o Congresso Nacional ratificou as adesões brasileiras ao Tratado sobre a Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT) e ao Tratado de Não-Proliferação (TNP) (VIOLANTE, 2017).

1 Segurança Internacional na estratégia marítima

Após essa breve panorâmica sobre a situação geopolítica e estratégica da região sul-atlântica e com a finalidade de formar um quadro mais preciso sobre as questões de segurança, passam a ser apresentadas análises dinâmicas nas áreas da América do Sul e da África. Para tal, algumas teorias das relações internacionais fazem-se imprescindíveis

A Teoria das Comunidades de Segurança, formulada, inicialmente, por Karl Deutsch (1978), com contribuições de Emmanuel Adler e Michael Barnett (1998), busca explicar a baixa ocorrência de conflitos armados na América do Sul e o alto grau de cooperação entre os Estados limítrofes ao Atlântico Sul, apesar de dinâmicas internas conflitivas, como ocorre na África subsaariana – em especial, nos Estados situados às margens do Golfo da Guiné. De igual importância é o estudo de marcos teóricos sobre a Teoria dos Complexos Regionais, formulados por Barry Buzan (1983, 1998, 2003 e 2012) e Ole Wæver (1998, 2003), para a compreensão das dinâmicas de segurança nos limites do espaço marítimo brasileiro.⁸

De acordo com Deutsch (1978), a criação de comunidades baseadas na compatibilidade de valores fundamentais entre Estados, busca a construção de uma identidade regional, voltada para a cooperação em ações de desenvolvimento social, econômico ou outras áreas, em que se ressaltam processos variados de integração.

⁸ Para a Política Nacional de Defesa "A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao Norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região" (BRASIL, 2012, p.21).

Adler e Barnett (1998), ao abordarem a questão das Comunidades de Segurança, as definiram como um grupo de Estados fronteiriços ou próximos, que não têm a perspectiva de agressão por parte de seus vizinhos para a solução de conflitos, devido ao alto nível de interação entre eles em relação aos assuntos da área de segurança. Tal ambiente de confiança é fruto da baixa, ou mesmo inexistência de percepção de ameaças entre eles, da previsibilidade, da transparência, dos interesses comuns, além da existência de organizações para a superação de possíveis controvérsias e/ou divergências – o que torna a guerra entre seus integrantes improvável.

Com relação aos sistemas de segurança regional, Kolodziej (1995) atenta para a diversidade existente entre eles e afirma que os fatores históricos, geográficos e ambientais os influenciam. Além destes, acrescenta outros elementos, tais como a divergência das necessidades de segurança, a heterogeneidade dos atores envolvidos (com capacidades militares variáveis) e a natureza particular nos “eixos de conflitos”. Todos estes fatores, em conjunto, definem a estrutura de um determinado complexo de segurança.

Para Buzan (1983), segurança não está centrada, apenas, nos aspectos militares ou nos conceitos realistas tradicionais de poder, balança de poder e limitados aos Estados, mas recaía sobre todas as coletividades humanas, afetando, principalmente, cinco setores: o militar, o político, o econômico, o social e o ambiental. Daí a defesa de abordagem holística dos problemas da segurança nacional, uma das principais características da Escola de Copenhague.

Buzan, Waever e Wilde (1998), apresentam uma nova abordagem para análise dos Estudos sobre a Segurança Internacional, o processo de securitização⁹ e a setorização dos assuntos de segurança. Os autores afirmam que a ameaça pode ser percebida de maneiras diferentes por diferentes setores. Tradicionalmente, quando se pensa em segurança e defesa, logo as caracterizam como sendo de natureza exclusivamente militar. Entretanto, existem outros setores que integram o amplo espectro de segurança. As preocupações do

⁹ “O movimento que leva a política além das regras estabelecidas do jogo e molda a questão como um tipo especial de política ou como acima da política. Securitização pode assim ser visto como uma versão mais extrema da politização” (BUZAN, WAEVER e WILDE, 1998, p.23-24 – tradução nossa).

setor de segurança militar estão na interação das capacidades ofensivas e defensivas, e nas percepções relativas aos níveis de ameaças proporcionadas por outros Estados ou organismos não-estatais. Portanto, os autores conceituam segurança política, como aquela referente à estabilidade organizacional do Estado, do sistema de governo e das ideologias que lhes dão suporte e legitimidade. Segurança econômica estaria representada nas preocupações voltadas ao financiamento das atividades produtivas, na estabilidade dos mercados e nos recursos necessários para sustentar, em níveis aceitáveis, o bem-estar da população e o poder de Estado. Segurança social diz respeito à sustentabilidade, dentro de condições toleráveis de evolução, dos padrões tradicionais de cultura, língua, religião, costumes e identidade nacional. E, finalizando, a segurança ambiental que é concernente à manutenção do local e da biosfera planetária, como o sistema de apoio para o desenvolvimento das atividades essenciais e da sobrevivência do ser humano.

Dentro dessa perspectiva, a complexidade do ambiente de segurança no Pós-Guerra Fria, bem como a inclusão de temas não tradicionais, coloca sobre os Estados a necessidade de analisar e mensurar o grau de perigo representado por determinado aspecto, a fim de que se possa evitar securitizar temas, sem que se securitize toda a agenda. O sucesso no processo de securitização de um determinado assunto não depende da vontade política do ator proponente, mas de que o tema também seja reconhecido como ameaça pelos outros atores que compõem o sistema.

Para Nolte e Wehner (2015) citando Kacowicz (2000), os regimes autoritários das décadas de 1960 e 1970 tenderam a enfatizar as narrativas nacionalistas em face de questões territoriais. O pensamento geopolítico dos governos militares, principalmente na América Latina, estava intimamente ligado às doutrinas de segurança nacional.

Buzan e Waever (2003), afirmaram que os Complexos Regionais de Segurança se encontram relacionados com a interdependência de segurança dos Estados, numa área contígua e determinada. Neste sentido, pode-se definir Complexo Regional de Segurança (CRS) como um conjunto de Estados, permanentemente afetados por uma ou

mais externalidades de segurança, que emanam de uma área geográfica distinta. Nestes complexos, os seus membros são tão interrelacionados em termos de sua segurança, que as ações de qualquer membro e as dinâmicas internas de segurança, dentro de qualquer membro, têm grande impacto sobre os outros, o que é conhecido como efeito de transbordamento (*spillover effect*).

Em uma comparação simplificada dos conceitos de Comunidade de Segurança e CRS, pode-se afirmar que a Comunidade de Segurança, proposta por Deutsch (1978), envolve um sentido mais amplo de conjugação entre a cooperação e a dissuasão, cujo conceito foi atualizado pela Escola de Copenhague de Buzan, Waever e Wilde (1998) num sentido mais estrito.

2 Segurança Internacional e Estratégia Marítima Integrada na Geopolítica Oceânica

Nessa seção, o artigo apresenta análises específicas a áreas e espaços políticos e geográficos dos países limítrofes ao Atlântico Sul.

2.1 África Sul-Atlântica

A África, em especial a porção banhada pelo Atlântico, ainda tem um longo caminho a percorrer para se tornar uma Comunidade de Segurança. As ações de integração econômica, a implementação de medidas de confiança e a troca de informações nas áreas de defesa e segurança, estão apenas no começo. É interessante observar a persistência da UA (União Africana) e das entidades sub-regionais na busca de seus objetivos, em que pesem a falta de recursos de toda ordem e os interesses divergentes de grandes Estados africanos (Nigéria, Angola e África do Sul), interessados em impor zonas de influência e buscar equilíbrio de poderes, uma vez que, na atual conjuntura, não conseguem impor sua hegemonia. Na realidade, não apenas a UA é responsável por intervenções e discussões dos assuntos e defesa na África e, mais especificamente na África ocidental. Destaca-se outra Organização Internacional (OI) relevante, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que, nos últimos anos, tem se voltado a prover uma estratégia marítima própria e integrada a seus Estados membros, principalmente no que tange aos ilícitos transnacionais e a possíveis contenciosos sobre recursos naturais, como o petróleo. Há também várias discussões junto a outras OI, como a Comunidade Econômica dos Estados da

África Central (CEEAC) e a Comissão do Golfo da Guiné, visando uma concertação mais positiva no continente africano. Todavia, ainda falta mais consenso, comprometimento e confiança política para avançar nesse tema (ICG, 2012; ZUCATTO e BAPTISTA, 2014).

Buzan e Waeber (2003) estudaram as possibilidades de criação de complexos de segurança na África Ocidental e, mais precisamente, na região Sul-Africana. Os autores salientaram a fragilidade institucional e o baixo nível de coesão sócio-política interna de alguns Estados. Tal instabilidade interior teve sua origem no período colonial e ocorre devido a uma série de conflitos entre grupos étnicos e religiosos rivais, confinados em um território a ser explorado, sem a preocupação com a homogeneidade, mas, somente, com a facilidade de manutenção da possessão colonial. Este sistema de dominação e controle foi mantido após a independência e, atualmente, é uma das principais causas da existência de Estados fracos ou falidos no Continente e do trasbordamento das questões de segurança interna para os vizinhos. Os autores ainda ressaltavam o fato de que o rápido processo de descolonização e a transposição do modelo de Estado europeu, sem experiência na administração dos negócios locais ou maturidade para um sistema político complexo, contribuiu para a situação de existência de vários simulacros de Estados e de Estados fracos e/ou falidos. Para os vizinhos dos problemas de segurança interna existe, também, o fenômeno do *spillover effect*¹⁰ - o que, na maior parte das vezes, desestabiliza todo o complexo.

Akokpari (2016) afirmava que as questões de segurança na África tiveram melhora significativa com a reforma da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, e sua transformação em União Africana (UA), em 2002, com o estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança (CPS), em 2004, com a adoção da arquitetura de paz e segurança, que incorporou a doutrina da ONU quanto a "Responsabilidade de Proteger".¹¹ As operações de manutenção da paz, em sua maior parte, são constituídas por forças regionais de

¹⁰ Atores não estatais, tais como clãs, tribos e/ou quadrilhas dedicadas ao crime organizado e à exploração de recursos naturais, tudo junto e misturado com questões religiosas ou de senhores da guerra querendo controlar porções de território.

¹¹ Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito de soberania é relativo, pois as intervenções são realizadas, mediante indicação do CPS e aprovada pela Assembleia da UA, à revelia do Estado envolvido.

Estados membros da UA e realizaram uma série de intervenções, com sucesso, desde 2004.¹² No período Pós-Guerra Fria, os conflitos africanos tiveram múltiplas origens, tais como: guerras por recursos naturais, disputas étnicas, tribais e religiosos, aos quais se juntam outros fatores internos, como a corrupção, má governança, desrespeito aos direitos humanos e impunidade. O autor também ressalta que as ações de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico e a alternância dos grupos no poder, com o respeito da ordem democrática (nem que seja ao custo de intervenção externa), em que pesem as limitações da UA, têm contribuído para reduzir os conflitos interestatais e aumentar a estabilidade interna com ações, buscando tornar a região mais pacífica.

Este conjunto de fatores, portanto, torna a região instável e imprevisível, o que, de certa forma, se reflete em seu mar territorial. A maioria das nações africanas da costa Atlântica, que está inserida na área de interesse estratégico brasileiro, não possui uma força naval minimamente organizada e/ou capaz de prover a segurança da navegação em suas águas jurisdicionais, nem tampouco cumprir ações de resgate e salvamento.

Apenas Marrocos, Nigéria, Angola e África do Sul dispõem de uma Força Naval (Marinha e/ou Guarda Costeira) capaz de exercer algumas das funções básicas de uma Marinha, como o controle de área marítima (de forma limitada) e a manutenção da boa ordem no mar, mesmo assim, com restrições devido às limitações materiais. Estados como a Nigéria vêm se equipando para atender as crescentes demandas por mais segurança no Golfo da Guiné e reduzir a intervenção de outras potências (TILL, 2004).

No que tange à Nigéria, esta é, praticamente, a única a exercer, na prática, sua soberania na fiscalização da Zona de Desenvolvimento Compartilhada (ZDC), existente entre ela e São Tomé e Príncipe para a exploração e exploração de petróleo, nas interseções de suas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE). Ficou acordado entre os dois Estados que uma força militar conjunta combateria a pirataria e outros ilícitos transnacionais na referida área. Porém, até 2017, a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe não possuía a devida regularidade e meios suficientes para desempenhar esta tarefa (VIOLANTE, 2017).

¹² Em Darfur (no Sudão), Comoros, Somália, República Democrática do Congo, Burundi, Costa do Marfim, Mali, Líbia, Togo, Mauritânia, Somália e, mais recentemente, em Gâmbia (AKOKPARI, 2016).

2.2 A Segurança Marítima Integrada na América do Sul Atlântica

No que se refere à América do Sul, o Subcomplexo do Cone Sul (com exceção do Chile e do Paraguai), é banhado pelo Atlântico Sul. Os Estados estão consolidados politicamente e não apresentam um nível de rivalidade que possa gerar um conflito armado, pelo menos no médio prazo. O processo de integração sul-americano segue em frente muito lentamente, condicionado pelas limitações econômicas e pela falta de um projeto consistente formulado pela liderança política, em que pesem os ganhos em escala que proporcionaria a todos os atores regionais. Excluindo a disputa pelo arquipélago das Malvinas, entre a Argentina e o Reino Unido, as questões de segurança estão restritas: à demarcação dos limites fronteiriços em poucas áreas no mar e na Floresta Amazônica, ao crime transnacional ou às “novas ameaças” (narcotráfico, descaminho, tráfico de seres humanos, degradação ambiental entre outros), que exigem uma atuação coordenada dos Estados, algo já em prática. A proteção dos abundantes recursos naturais da região, apesar da preocupação que causa aos militares, está contida, até o momento, nos limites do direito internacional e não se vislumbram possibilidades de intervenções externas ou de uma guerra entre os países componentes do subcomplexo (BUZAN e WAEVER, 2003).

Hurrell (1998) colocava em dúvida se estávamos diante da emergência de uma comunidade de segurança na América do Sul. Destacou a centralidade da liderança do Brasil nos processos de integração, no fomento da cooperação, para a superação de rivalidades e controvérsias pela negociação.

Criações do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em 2000, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, permitiram construir uma agenda que prioriza, no contexto regional, a conexão das estruturas econômicas e de certo nível de coordenação política para o tratamento dos problemas continentais. Por outro lado, o projeto de integração tem buscado criar uma identidade sul-americana, explorando os elementos culturais comuns, a construção de mecanismos de confiança mútua e de cooperação para o tratamento das ameaças transfronteiriças no próprio subcontinente.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ainda em 2008, coloca mais peso na hipótese a favor da emergência de uma comunidade de segurança, ao estimular a elaboração dos conceitos de segurança e defesa coletivos no subcontinente, a integração das indústrias de defesa, o aprofundamento da cooperação e a realização de exercícios militares conjuntos, entre outras medidas.

Hurrel (1998) retomou o paradigma teórico de Deutsch (1978), ao afirmar que a ideia de uma comunidade de segurança, é representada por um grupo de Estados no qual há uma garantia real de que os membros dessa comunidade não vão lutar uns contra os outros fisicamente, mas vão resolver suas disputas de alguma outra maneira. O autor continuava afirmando que dentro de tal comunidade deveria haver expectativas confiáveis de mudança pacífica, com força militar gradualmente minimizada como um instrumento concebível de poder do Estado. E finalizava dizendo que uma comunidade de segurança, portanto, envolve necessariamente a não expectativa de guerra de uma forma muito particular.

Dentro dessa conceituação, a América do Sul, especialmente o Cone Sul, assume uma conotação muito próxima de uma Comunidade de Segurança. No entanto, Hurrel (1998) chamava atenção à necessidade de se cumprir alguns requisitos fundamentais como a importância dos interesses e identidades historicamente construídos, das forças de aprendizagem e ideacionais e das estruturas normativas e institucionais dentro das quais os interesses do Estado são construídos e redefinidos.

Pode-se dizer nesse aspecto, mais assertivamente no governo Lula da Silva, mas, em um *continuum*, iniciado a partir do ano 2000, que o Brasil procurou liderar esse processo de integração em um modelo de desenvolvimento a ser compartilhado mediante uma estratégia de reforço da soberania do Brasil e desses Estados. Visualizou-se a criação de uma Comunidade de Segurança, mais aos moldes de Deutsch (1978) do que no sentido mais estrito dos escritos de Buzan, Waeber e Wilde (1998) e de Buzan (2012).

Entretanto, a partir dos conceitos relacionados, destaca-se que as estruturas normativas sul-americanas não têm sido consistentes, ficando sujeitas às injunções políticas conjunturais. A maior parte das dificuldades do processo de integração sul-americano se dá pela assimetria existente entre as economias regionais e os interesses políticos, por vezes conflitantes e/ou contraditórios

difíceis de harmonizar. A questão da construção de uma identidade regional ainda tem que superar obstáculos que não se limitam, apenas, aos aspectos que envolvem a diversidade cultural ou a superação de rivalidades históricas. Também, devem se ater aos fatores geopolíticos, tais como a interferência de potências extrarregionais e o receio de hegemonização do Brasil com a consequente sateletização dos demais Estados sul-americanos, por intermédio das instituições regionais. No entanto, mesmo diante das inúmeras dificuldades e limitações, o processo e o projeto de integração regional prosseguem a passos lentos, entre avanços e recuos, pois não existe solução para superação dos graves problemas sul-americanos sem a cooperação regional.

A partir do exposto, pode-se afirmar que faltam algumas das condições essenciais que caracterizam uma Comunidade de Segurança. Neste sentido, compartilha-se da classificação feita por Kolodziej (1995), no sentido de que a América do Sul, na atual conjuntura, estaria bem mais enquadrada como uma Comunidade de Segurança Pluralística, em que pese a estagnação do processo de integração regional.

Além disso, tem-se observado o aguçamento da securitização no Atlântico Sul, em virtude da falta de *hard power* dos Estados da região. O tema "Comunidade de Segurança," ou CRS, permaneceu mais como um exemplo retórico do chanceler Celso Amorim durante o governo Lula (2003-2010) e como Ministro da Defesa no primeiro governo Rousseff (2011-2014), do que em ações mais concretas que, de fato, decaíram, ainda mais, nos governos que se seguiram. Nas palavras de Amorim, sua intervenção na plenária do CDS - Lima, em 28/11/2012:

[...] o nosso objetivo maior é criar uma zona de paz e cooperação. Eu diria mesmo, sendo um pouquinho acadêmico, que queremos que a nossa América do Sul seja aquilo que Karl Deutsch, cientista político norte-americano, chamava de uma Comunidade de Segurança, isto é, uma zona onde a guerra se torna inconcebível. Daí decorrem várias decisões importantes que o nosso país tem que tomar e também decorre a percepção de outras decisões que tem que ser tomadas (AMORIM, 2012, p.1).

3 Conceitos brasileiros na Geopolítica para o Atlântico Sul

A geopolítica está inclusa com conceitos das relações internacionais e da estratégia. Nessa compreensão, Gray e Sloan (2005) afirmavam que a geopolítica era a relação entre geografia e estratégia, sendo a geografia sua estrutura conceitual. Toda a estratégia é inerentemente geográfica, mesmo quando outras dimensões, como a política, a econômica, o social e o militar são abordadas, pois cada uma destas vertentes está sujeita à geografia. Desse modo, a estratégia e a política estão inseridas dentro de um contexto de paradigmas geográficos e da geopolítica propriamente dita. Assim, para a compreensão do “espaço” Atlântico, os conceitos da Geopolítica Brasileira absorvem os preceitos do internacionalismo.

Golbery (1967) em sua obra “Geopolítica do Brasil”, construiu um mapa mundo com a projeção centrada sobre o Brasil. A partir daí, identificou as massas continentais das Américas, Europa e África, o que caracterizaria o “Atlântico como um novo mediterrâneo, igualmente cinturado, mais aberto, entretanto, a influências e ameaças externas”. No caso do Brasil, o autor ressaltou a proteção oferecida pelo oceano Pacífico e a Cordilheira dos Andes, enquanto que a África oferece, pelo seu lado oeste, uma frente desimpedida para a projeção de poder brasileira. O Atlântico Sul era uma chave estratégica de ligação tanto com o Ocidente quanto à Ásia e, por isso, uma área de grande interesse estratégico para o país.

Entretanto, na conjuntura do final da década de 1960, o general não identificou ameaças em longo prazo à segurança sul-americana e ao Brasil, a não ser a ideológica, até porque ele pensava em um Brasil desenvolvido a partir de uma aliança hemisférica com os EUA, marcado pelo conflito leste x oeste, que não passava por uma união regional, a não ser se fosse liderada pelo Brasil e com a “aprovação” dos EUA. Esse pensamento de Golbery, dos anos 1950 a 1960, atualizou-se quando ele foi Chefe da Casa Civil do governo Geisel (1974 a 1979), coincidentemente com a aplicação de uma política externa mais autônoma e independente (SILVA, 1967, p.77-97).

Tais ideias formariam a base das concepções geopolíticas e estratégicas de Meira Mattos e Therezinha de Castro em relação ao Atlântico Sul, e que seriam uma antecipação de toda arquitetura institucional formada pelo MERCOSUL, IIRSA, UNASUL e seu CDS, além do estabelecimento do conceito de Entorno Estratégico, presente na Política Nacional de Defesa de 2008.

Seguindo este raciocínio, pode-se dizer que, em termos geoestratégicos, o Brasil está bem posicionado, uma vez que dispõe de um extenso litoral de 7.367 km e o contorno da costa brasileira aumenta para 9.200 km se forem consideradas as saliências e reentrâncias do litoral. As ilhas oceânicas, como os arquipélagos de Fernando de Noronha e de Trindade¹³, poderiam vir a ser utilizadas como bases aeronavais, a fim de permitir o controle das principais linhas de comunicações marítima do Atlântico Sul. A Marinha do Brasil (MB), em que pesem suas dificuldades conjunturais, é a maior do seu entorno regional, tendo a capacidade operacional e logística de exercer um limitado controle de área marítima no "gargalo do Atlântico".¹⁴

Meira Matos (2011) salienta que, com os meios adequados e em número suficiente, se poderia adicionar a capacidade de controle das linhas que vem pelos outros dois acessos ao Atlântico Sul, no estreitamento existente entre a América do Sul e África com a Antártica. Ao propor um controle da massa marítima entre as duas massas continentais era fundamental intensificar as relações com os países vizinhos, não apenas pelo lado comercial, mas, principalmente, pelo viés estratégico. Dessas premissas, desenvolve-se a ideia da criação de uma comunidade do Atlântico Sul que, em uma concertação política, econômica e militar, enfrentaria os desafios das ameaças a linhas de comunicação marítimas importantes. Inicialmente, essa comunidade passaria por uma pequena comunidade no Cone Sul para, depois, alargá-la com países da costa ocidental africana, o que abarcaria mais de quarenta (40) países do Atlântico Sul.

Complementarmente, ao analisar o posicionamento geográfico do Brasil, Meira Mattos (2011) concluiu pela necessidade de se construir bases nas ilhas oceânicas (Fernando de Noronha e em Trindade), essenciais para a segurança das linhas de comunicação marítimas e controle de área marítima, de modo a permitir a projeção o controle da cintura do Atlântico na linha Natal-Dakar. Essas bases permitiriam, ainda, projetar poder na costa africana sul-atlântica, por intermédio do apoio em ações de segurança e defesa dos aliados africanos.

¹³ No caso da Ilha da Trindade haveria necessidade de um extenso (e custoso) trabalho de engenharia visando a construção de uma pista de pouso e um cais, a exemplo do que os chineses fizeram na região das ilhas Spratly, no mar do Sul da China.

¹⁴ Região estratégica de afunilamento do oceano, entre o saliente nordestino e a costa oeste da África, na altura de Dakar, no Senegal.

Therezinha de Castro (1999), seguindo a linha de Meira Mattos (2011), mostrou a importância do controle das linhas de comunicação marítimas. A autora referiu como relevantes e importantes quatro rotas para o desenvolvimento e projeção política do Brasil: a rota sul-americana, a rota europeia, a rota africana e a rota do Cabo.

A Rota sul-americana é, praticamente, uma navegação de cabotagem desde o Rio da Prata até Trinidad, a Rota Europeia, que do saliente nordestino atravessa a zona de estrangulamento do Atlântico, apoiando-se em Cabo Verde para atingir mercados e importação e exportação da Europa. No sentido Leste-Oeste, em âmbito bem regional do Atlântico Sul, a Rota africana, partindo da tri-junção de corredores de exportação Santos-Rio de Janeiro-Vitória, atinge a zona ocidental do continente que reparte conosco o oceano; essa rota vem tomando grande impulso desde 1972. E, finalmente, a Rota do Cabo a qual já participávamos ativamente durante o período colonial no comércio com Portugal; atualmente, em face de interesses comerciais no Japão, aproximação com a China e necessidade de importar petróleo do Oriente Médio, não sendo país bi oceânico, para o Brasil, a Rota do Cabo, além de ser o mais longo percurso, é também de maior importância (CASTRO, 1999, p.181).

Apresentou, ainda, a "Tese da Triangulação Insular", constituída a partir das bases instaladas nas ilhas oceânicas, estrategicamente localizadas, que poderiam controlar os acessos ao Atlântico Sul. Tais ilhas estão sob o controle do Brasil, do RU e dos EUA. Esse triângulo seria formado pelos seguintes vértices: Fernando de Noronha-Trindade-Malvinas, Ascensão-Santa Helena-Tristão da Cunha e Cough-Shetlands-Sandwich. Além disso, essas ilhas proporcionariam pontos de apoio para ações de projeção de poder na África. Ela defendeu a necessidade do estabelecimento de uma base científica e de uma política para a Antártica, a fim de posicionar o Brasil nas decisões sobre este continente e de uma região que tem influência sobre o Atlântico Sul (CASTRO, 1999).

Em relação ao Continente Antártico, o Tratado Antártico de 1959 prevê que toda a região seja mantida como uma área de preservação ambiental e de pesquisa científica, sendo vedada a exploração econômica de todos os recursos vivos e não vivos. No entanto, esse quadro pode se alterar e a região tornar-se um foco de instabilidade, em virtude de disputas territoriais e de pretensos direitos. Para 2048, já está prevista a revisão dos tratados que impedem a exploração dos recursos naturais do continente, que possui grandes reservas de petróleo, gás, carvão, cromo e ferro. Além do mais, o planeta está passando por um processo de transição climática que, dependendo da intensidade, poderá resultar em um quadro de escassez de água e proteínas, ao mesmo tempo em que tornaria a exploração dos recursos naturais da Antártica atrativa, do ponto de vista das necessidades de sobrevivência.¹⁵

A manutenção do *status quo* na Antártica é de interesse brasileiro. A fim de preservar a estabilidade regional e defender os interesses nacionais, é fundamental que a Marinha seja dotada das capacidades necessárias para manter uma presença ativa no Continente Antártico, até porque é provável, em um futuro não muito distante, imaginar um cenário de escassez de recursos, mudanças climáticas drásticas e de alterações na ordem mundial.

Assim, é importante perceber a interrelação entre as teorias de Deustch e da Escola de Copenhague no estabelecimento das Comunidades de Segurança e dos CRS. Esses autores, mais clássicos da Geopolítica Nacional, conseguiram antecipar tais conceitos à luz dos conhecimentos de outrora.

Na contemporaneidade, Wanderlei Messias da Costa (2012) aponta a relevância do Atlântico Sul e seu potencial quanto a recursos naturais, humanos e de desenvolvimento. Nesse contexto, ele aponta como fundamentais o gerenciamento da questão Antártica e as complementaridades econômicas do Brasil em relação à África. É inegável o aumento da presença militar de potências extracontinentais no Atlântico Sul, de integrantes da OTAN, a existência de territórios coloniais como potenciais riscos à segurança

¹⁵ COATES, Ashley. Nationalism threatens Antarctica's future as a peaceful hub for Science. *The Independent*. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/science/nationalism-threat-antarctica-future-as-peaceful-hub-for-science-oild-mining-land-grab-territorial-a7622721.html>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

e a possibilidade de conflitos de soberania quanto à exploração dos recursos naturais. Em termos políticos-estratégicos, ele ainda destaca o “adensamento da presença militar” dos EUA na região, no controle das rotas que conectam o Atlântico ao Índico e ao Pacífico, e para garantir o acesso aos mercados e recursos naturais regionais, em uma política de contenção das potências concorrentes – como a China, a Índia e a Rússia.

Costa (2012, p.9-22) ainda contesta uma visão comum entre os analistas de estratégia, por acreditar que “havia busca por equilíbrio de poder e novas estratégias militares em curso e, com isso, o Atlântico Sul está, rapidamente, deixando de ser aquela periférica e plácida zona marítima, para se juntar aos macros espaços geopolíticos mais relevantes do mundo”. Em relação ao Brasil, o autor atentava para o desafio de combinar projeção, por intermédio da cooperação multilateral e multidimensional e de uma estratégia de dissuasão sem fricções com os Estados vizinhos, observando a necessidade de se investir na pesquisa científica, na modernização das Forças Armadas e nas relações econômicas com os vizinhos.

Viegas Filho (2016), em “A segurança do Atlântico Sul e as relações com a África”, defende a celebração de um grande acordo de cooperação regional, semelhante aos termos do Acordo de Cooperação Amazônico (1978). O Atlântico Sul é uma área muito vasta, constituída por várias etnias culturalmente diversificadas, em processo de consolidação institucional, separados por um imenso vazio empenhados em ações de cooperação de desenvolvimento econômico que, nos últimos anos, têm transbordado para outras áreas como a segurança, extrapolando a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹⁶ e incorporando todos os Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS, 1986),¹⁷ reforçando a cooperação intraregional na construção de uma identidade regional, que respeite a heterogeneidade na determinação dos interesses e objetivos comuns. O autor defende um futuro que

¹⁶ Criada em 1996, conta com nove membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

¹⁷ A instituição é uma organização de cooperação regional, que busca formas de integração com ações voltadas para a colaboração econômica, comercial, científica e tecnológica, política, diplomática, que contribui para afirmar a identidade própria da região sul-atlântica, reconhecida pelos Estados costeiros

aborde, de forma mais específica, os assuntos de segurança e defesa, mesmo com a possibilidade de acusações de imposição de uma hegemonia brasileira. Tal organização seria simples, com uma secretaria *pro tempore* e um conselho, respeitando-se, em ambos, o número de membros e a questão continental. Os Estados-membros da organização seriam aqueles situados na orla do Atlântico Sul e os países mediterrâneos, que têm relação direta com o oceano, como, por exemplo, o Paraguai e o Mali.

Atualmente, a cooperação em defesa envolvendo especificamente a MB, possui acordos de maior importância a partir dos anos 1990, após a assertividade dos anos 1970. Bons exemplos disso são os acordos firmados para a formação da Marinha da Namíbia, em 1994, como a reformulação das guardas costeiras de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, com a criação de Núcleos de Missão Naval, respectivamente em 2013 e 2014. Destaca-se, ainda, a ampliação do acordo já existente com Angola.¹⁸

Esse tipo de cooperação com os Estados africanos está limitada aos poucos recursos que o governo brasileiro destina a tal tipo de ação de política externa. O apoio político é, muitas vezes, retórico ou limitado às iniciativas da Força Armada diretamente envolvida. A descontinuidade e falta de efetividade na implementação dos acordos de cooperação prejudica a imagem brasileira e reduz a confiança dos parceiros. A construção de uma agenda comum nos temas ligados a segurança, com ênfase na segurança cooperativa, elaborada em conjunto com os Estados africanos, permitiria priorizar ações, recursos e ampliar as experiências bem-sucedidas, como a Coordenação de Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS),¹⁹ atualmente limitada à América do Sul, e tornar o Brasil o principal interlocutor em seu entorno estratégico.

Com relação à possível nova organização para gerenciar ações de cooperação nos termos recomendados por Viegas, citada anteriormente, esta pode não ter uma eficácia maior do que a CPLP ou ZOPACAS, que servem de palco mais para retóricas do que para ações efetivas. Entende-se, portanto, que melhor seria fazer uso das estruturas já existentes, dando-lhes novas funcionalidades.

e por toda a comunidade internacional. Atualmente conta 24 membros.

¹⁸ Em 1991, foi assinado o Acordo de Cooperação Cultural e Científica. Em 1995, o acordo foi ampliado com a abertura da Aditância Militar, abrindo o sistema de ensino militar brasileiro aos angolanos.

¹⁹ Criada em 1967 e composta por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, apresentaram-se análises que apontaram, na atualidade, um período de revalorização em termos econômicos e estratégicos do Atlântico Sul - região rica em recursos vivos e não-vivos, com grande potencial de exploração, mas com vários Estados em vias de desenvolvimento e politicamente instáveis, em ambas as margens.

Constatou-se a dificuldade de se utilizar uma única teoria para lidar com a região sul-atlântica, em face da multiplicidade de fatores envolvidos, que abrangem diferentes níveis de desenvolvimento dos Estados, diversos níveis de institucionalização e a existência de potências extra-regionais com interesses estratégicos e geopolíticos antagônicos, frente a diversas agendas regionais.

O artigo apresentou uma breve discussão sobre a geopolítica atlântica, mostrando a importância das suas rotas mercantis e dos pontos de passagem, fundamentais para a segurança das linhas de comunicação marítima. Identificou-se a região da Antártica e seu entorno como um foco potencial de conflito entre grandes potências e potências emergentes, em um cenário de escassez de recursos. Ressaltou-se, ainda, a importância de ampliar a presença brasileira no subcontinente e na costa ocidental africana, o que passa pela existência de organizações regionais e sub-regionais em ambas as margens do Atlântico, que possuem papel relevante, mas que para serem mais efetivas devem melhor coordenar-se institucionalmente. Nesta linha, constatou-se a interação entre as abordagens teóricas da geopolítica e das relações internacionais, com a análise de geopolíticos clássicos e contemporâneos nacionais, com conceitos teóricos dos complexos regionais de segurança e de comunidades de segurança de Buzan e Waever, bem como de Deustch, respectivamente.

Percebeu-se que a maior ou menor relevância da região sul-atlântica está ligada, diretamente, ao desenvolvimento socioeconômico de seus grandes Estados, como África do Sul, Angola, Argentina, Nigéria e, em especial, o Brasil. Este é o ator que detém as maiores capacidades de poder na região e de quem se espera a liderança na construção de um sistema de segurança cooperativa regional. O Brasil não deve ter receio de assumir uma hegemonia coercitiva quando necessária e uma hegemonia cooperativa, principalmente com os países amigos do entorno estratégico, em todo esse processo.

Reitera-se, ainda, a centralidade da Marinha do Brasil nos acordos de cooperação em defesa, que buscam a solidificação do *soft power* como estratégia de política externa, principalmente na costa ocidental africana, como na Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, fortalecendo a diplomacia pública nacional na área da defesa.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emmanuel; BARNETT, Michael (Org.). *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

AKOKPARI, John. África do Sul e a Arquitetura de Paz e Segurança da União Africana: velhas responsabilidades e novos desafios. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Vol. 1, N. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/65626/40011>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

AMORIM, Celso. *Intervenção na reunião plenária do CDS, em Lima, em 28/11/2012*. 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/novembro/intervencao_ministro_na_plenaria_cds.pdf>. Acesso em: 25 nov.2016.

ANUÁRIO Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em: <www.anp.gov.br/?dw=78135>. Acesso em: 12jan.2018
BP *Statistical Review of World Energy*, June 2016. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>>. Acesso em: 13fev.2018

BRUSTOLIN, Vitélio Marco. Dimensões e aplicações do Orçamento de Defesa do Brasil. Dimensions and executions of the Defense Budget of Brazil. *Mural Internacional*. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/7574>>. Acesso em: 02 abr.2017.

BUZAN, Barry. *People, States and Fear*. Brighton: Wheatsheaf Books, 1983.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers. The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry e HANSEN, Lene. *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CASTRO, Therezinha de. *Geopolítica. Princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

COATES, Ashley. Nationalism threatens Antarctica's future as a peaceful hub for Science. *The Independent*. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/science/nationalism-threat-antarctica-future-as-peaceful-hub-for-science-oild-mining-land-grab-territorial-a7622721.html>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

COSTA, Wanderley Messias. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia. São Paulo: *Revista da USP*. N. 95. Setembro/Outubro/Novembro. 2012. p.9-22. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/52234/56270>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

DEUSTCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

FERREIRA, Renato Rangel. Operações Navais no século XXI. *Tarefas Básicas do Poder Naval para a Defesa da Amazônia Azul*. p.79-98. Disponível em: <[https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2011/18CPem11%20MONO%20CMG%20\(FN\)%20RENATO.pdf](https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2011/18CPem11%20MONO%20CMG%20(FN)%20RENATO.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

GALANTE, Alexandre. A China planeja construir 18 bases navais no exterior, inclusive na Namíbia. *Poder Naval*. 23/11/2014. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2014/11/23/china-planeja-construir-18-bases-navais-no-exterior-inclusive-na-namibia/GALANTE>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GRAY, Colin; SLOAN, Geoffrey. *Geopolitics, Geography and Strategy*. New York: Routledge, 2005.

GUERRA, Wilson Barbosa. Entorno estratégico do Brasil. Opinião. *Defesanet*. 03/10/2016. Disponível em: <<http://defesaeseguranca.com.br/entorno-estrategico-do-brasil/>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

HURRELL, Andrew. An emerging security communitie in South America? In: ADLER, Emmanuel; BARNETT, Michael (Org.). *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.228-261

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). *The Gulf of Guinea: The New Danger Zone*. Bruxelas, 2012. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/guinea/gulf-guinea-new-danger-zone>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

KENKEL, Kai M.; MATTOS, Beatriz R. B.; DE MATOS, Francisco E. L. Segurança regional, comunidades epistêmicas e cooperação no Atlântico Sul: o caso das ilhas Falklands/Malvinas em perspectiva comparada. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Vol. 21, N.2 (jul/dez 2015). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

KOŁODZIEJ, Edward A. A segurança internacional depois da Guerra Fria: da globalização à regionalização. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, Vol. 17, N. 2, jul./dez. 95. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=228&sid=42>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica, Vol II. Estratégias Militares Dominantes*. Rio de Janeiro: FGV/Bibliex, 1986.

MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Modernidade*. Geopolítica. BIBLIEx/FGV Editora, V.2, 2011.

NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie E. Geopolitics in Latin America, Old and New. In: MARES, David R. e KACOWICZ Arie M. *Routledge Handbook of Latin American Security*. New York: Routledge, 2015.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

STRAVIDIS, James. *Seapower: the history and geopolitics of the world's ocean*. New York: Penguin Press, 2017.

TILL, Geoffrey. *Seapower*. London: Frank Cash Publishers, 2004.

VIEGAS FILHO, José. *A Ssegurança do Atlântico Sul e as Relações com a África*. Brasília: FUNAG, 2016.

ZUCATTO, Giovana Esther e BAPTISTA, Michele. Pirataria no Golfo da Guiné. *UFRGS Model United Nations*, V.2, p.531-565, 2014. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/files/ZOP2.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.